



Índice

- 01** [Aguilera cobra atenção para escolas indígenas](#)
- 02** [As comunidades quilombolas que resistem em Oriximiná](#)
- 03** [Grupos folclóricos de Ubatuba recebem prêmio nacional](#)
- 04** [Vale-Universidade Indígena realiza entrevistas com pré-selecionados](#)
- 05** [Povo Xokleng inicia mapeamento de seu território](#)
- 06** [SDR Ibirama recebe lideranças indígenas](#)
- 07** [Caciques Javaé apoiam Palmas para sede Jogos Mundias Indígenas](#)
- 08** [Paulo Reis pede ação da Funasa em aldeia e da Sanesul no Distrito de Camisão](#)
- 09** [Alunos xerentes estudam em local onde funcionava um banheiro](#)
- 10** [Os Povos Indígenas e o Brasil: mais de cinco séculos de ditadura](#)
- 11** [Filme sobre índios Chiquitano pode ter sido censurado por Festival de Cinema de Cuiabá](#)
- 12** [Estado brasileiro é denunciado na OEA por ainda usar lei da ditadura militar](#)
- 13** [Sema emitiu licença para construção de PCH em Juína ao lado de reserva sem ouvir índios](#)
- 14** [Gás lacrimogênio é usado em retirada de famílias; Associação denuncia clima de terror entre agricultores](#)



- 15** Aldeia em formato de estrela pode ser palco dos Jogos Mundiais Indígenas
- 16** MP investiga 41 por suspeita de fraude no sistema de cotas da Uerj
- 17** Exército vai ajudar nas buscas por avião na selva de Jacareacanga, PA
- 18** No caminho dos Pirahã: Registro raro de etnia indígena será exposto na Argentina
- 19** MP diz que índios não precisam de quitação militar para tirar título de eleitor
- 20** Semana dos Povos Indígenas é comemorada no Cantá, em RR
- 21** Central de captação de água é instalada, mas não funciona em SE
- 22** Índios isolados no Acre são pressionados por exploração de madeira ilegal
- 23** Madeira: Bispos da CNBB criticam usinas e falam em catástrofe em RO e no Acre
- 24** MA – Em Codó, as quebradeiras de coco babaçu vivem presas ao passado
- 25** “Até o momento, o Incra não realocou nenhuma família”, diz superintendente no Maranhão
- 26** Sema emitiu licença para construção de PCH em Juína ao lado de reserva sem ouvir índios
- 27** Vereador Cledinaldo participa de evento realizado pela Associação de universitários indígenas
- 28** Nota de apoio e solidariedade dos Jiahui aos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul
- 29** CPISP: “Caderno da Comissão Pró-Índio nº 1”, de 1979, sobre a ditadura e a questão indígena (para baixar)
- 30** Adolescente de 16 anos e duas mulheres confessam assassinato de indígena



Aguilera cobra atenção para escolas indígenas

SÍTIO FOLHA DE CAMPO GRANDE, 28.03.2014

Primeiro índio a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Dourados, o vereador Aguilera de Souza, do PSDC, aproveitou a passagem do governador André Puccinelli (PMDB) por Dourados nesta sexta-feira (28), para cobrar maior atenção do Governo do Estado com as unidades escolares instaladas nas aldeias indígenas.

Lembrando que já fez diversas indicações ao prefeito Murilo Zauith (PSB), Aguilera pediu ao governador André Puccinelli a reforma e a cobertura das quadras poliesportivas situadas nas aldeias de Dourados.

Conforme Aguilera, as obras são uma reivindicação antiga tanto de professores como dos alunos e pais das aldeias Jaguapiru e Bororó, tendo em vista que as atividades físicas, bem como as aulas externas, ficam prejudicadas em períodos chuvosos ou de calor intenso.

Em 2009, quando era gerente de educação indígena de Dourados, Aguilera articulou o encontro "Povos Indígenas do Conesul" para discutir melhorias para a Educação da região, junto a Secretária de Educação Diversificada do Ministério da Educação, através do PAR (Plano de Ações Articuladas).

Na ocasião, foram cadastradas as obras de cobertura das quadras poliesportivas das escolas municipais indígenas Agustinho, Araporã, Ramão Martins, Pa'i Chiquito, Lacu'i Roque e Francisco Meireles. Além da adesão ao Programa "Caminhos da Escola" para aquisição de ônibus e bicicletas para transporte dos alunos, construção de bibliotecas, salas de informática e de uma unidade escolar na Aldeia Bororó e outra na aldeia Jaguapiru.



As comunidades quilombolas que resistem em Oriximiná

SÍTIO EL PAIS, 28.03.2014

Subindo o rio Trombetas a partir de Oriximiná, ao norte do Pará, se avistam pequenas parcelas de terra cercadas pela mata verde e densa da Amazônia, a maior floresta do Brasil. Cerca de três ou quatro casas de palafita, típicas de zonas alagadas que se sustentam por paus de madeira no alto para evitar a invasão das cheias que ocorrem entre dezembro e maio, ocupam esses pequenos espaços desmatados, que aparecem intermitentemente no curso do rio. Nesses limitados recôncavos vivem comunidades quilombolas, remanescentes da época da escravidão de negros africanos que haviam sido levados à vila portuguesa de Óbidos, fundada em 1697 a 82 quilômetros de Oriximiná, para trabalhar nas plantações de cacau no final do século XIX, como também escravos provenientes de fazendas das cidades de Santarém, Alenquer e na capital do estado, Belém. Hoje essa população de aproximadamente 8.000 pessoas distribuídas em 332.654 hectares enfrenta o avanço da exploração de bauxita em seu território.

Os que conseguiram fugir do trabalho forçado no campo subiram o afluente do rio Amazonas em canoas e percorreram uma distância de 223 quilômetros até Cachoeira Porteira, onde se instalaram com o apoio dos índios wai wai e de outras etnias, que já viviam na zona. Protegidos pelas barreiras naturais da selva e das quedas d'água, começaram a formar suas casas à beira do rio, nas partes mais altas e escondidas. Alguns desses escravos eram os avós de Aloízio dos Santos, de 64 anos, um quilombola que vive na comunidade da Tapagem, às margens do rio Trombetas. "Meus avós contam que os índios os acolheram. Meu tio, Raimundo Vieira, nasceu no quilombo Maravilha (um dos maiores do Pará)".

A região do Alto e Baixo Trombetas ficou conhecida como Palmares Amazônico, em referência ao maior quilombo de negros escravos fugidos do país, no estado de Alagoas, nordeste do Brasil, que congregou aproximadamente 20.000 escravos. Hoje os quilombolas do Pará lutam pela titulação dessa área com a ajuda da Comissão Pró-Índio, uma ONG que trabalha com as 35 comunidades da região. "Ninguém teria vindo para cá se não fosse por medo do branco", afirma Domingos Printes, um quilombola da comunidade do Abuí, referindo-se ao isolamento da área e dificuldades de transporte e comunicação. A população quilombola tem o rio como estrada e os barcos como carros, já que não há acesso por terra. Do rio também tiram o peixe, tomam banho, lavam a louça e a roupa. Não há rede de esgoto nem saneamento e a energia elétrica fica por conta de geradores movidos a combustível, que na região chega a 3,20 reais o litro.

Os celulares não têm cobertura e apenas uma comunidade, Tapagem, possui um orelhão que "funciona só quando não chove", afirma uma das moradoras da única vila que se assemelha a uma cidade, já que tem uma escola, luz nas ruas de chão batido, e onde as casas estão próximas uma das outras que é possível até mesmo ouvir desde uma delas o DVD pirata tocando Banda Calypso, um dos grupos paraenses do gênero brega. As notícias locais chegam através de barcos e lanchas, onde homens como Domingos, um dos coordenadores da associação das comunidades quilombolas, a ARQMO, se encarregam de avisar os familiares

CONT.

sobre a morte de um parente, se está chegando um carregamento de madeira ou gasolina, ou que no dia seguinte não haverá aula para as crianças.



Mapa do estado do Pará, onde estão as cidades de Cachoeira Porteira, Oriximiná e Óbidos. Porto Trombetas é o distrito industrial de Oriximiná, onde fica a sede da Mineradora Rio do Norte. / Infografia (EL PAÍS)

O caminho do aeroporto de Porto Trombetas, uma cidade ao estilo da vila dos outros na série de televisão *Lost*, até a comunidade do Abuí, leva duas horas em lancha rápida. Pelo rio se veem botos (golfinhos de rio), ariranhas (lontras), aves e incontáveis espécies de árvores e frutas. Há dois postos de fiscalização no trajeto, um do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis, o Ibama, e outro do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, onde os quilombolas devem parar obrigatoriamente por tratar-se de uma reserva florestal e, em alguns trechos, da floresta nacional da Amazônia.

Quando o barulho do motor do barco cessa, as cigarras preenchem o vazio, disputando o volume com o ruído dos macacos. Ao entardecer, mariposas se encarregam de dificultar a visão de quem atravessa o rio e atingem rostos e corpos como chibatadas velozes. Abrir a boca, neste momento, é a mesma sensação que receber um pacote de doces de papel na língua.

A casa de Domingos é uma construção de madeira típica de ribeirinhos, onde vivem 10 pessoas em três cômodos. Em um município onde a incidência da pobreza é de 43,10%, segundo dados do IBGE, a falta de estrutura e de condições mínimas são evidentes e fazem parte da vida dos quilombolas. Na verdade, ela já foi naturalizada. Mas ainda assim é melhor do que as memórias sofridas na época da escravidão. Para Manuel Cordeiro, de 65 anos, conhecido como Seu Canela, as lembranças das histórias de família lhe deixam indignado. "Se o branco queria

CONT.



escrever, colocavam o óleo quente na mão do negro para alumiá (iluminar). Se me mandassem fazer isso eu preferiria morrer. Por isso eles fugiam”, explica.

À noite parecia que faltavam lugares para sentar. A sala estava repleta: nem todas as famílias possuem televisão e acabam indo a casa uma das outras para assistir a novela ou o Big Brother, um dos programas mais populares entre os quilombolas. Ainda assim, o futebol é o que tem maior número de espectadores, especialmente se é jogo do Vasco ou Flamengo.

Quando o gerador cessa, o escuro volta a preencher todos os cantos, superados apenas pelos vagalumes e a lua, que insiste em aparecer apesar das nuvens. As paredes de madeira rugem com o balançar das redes, a cama onde dorme o quilombola. As placas de lenha não alcançam o teto da casa, o que faz com que todos os cômodos estejam conectados. Ainda que o bloqueio visual funcione em certa medida, considerando que também não há portas, se ouve tudo. O banheiro é na mata e toma-se banho no rio, que tem uma água um pouco amarelada pela folhagem que cai e por estar misturada com a argila do fundo. Dizem que não há mosquitos pelo PH ácido desse trecho do rio Trombetas. Ainda assim, preferem usar essa água “por ser corrente, não parada”, explica Claudiana, mulher de Domingos.

Durante o dia os espaços se revelam. Aquela lenha que estava sob a mangueira era na verdade um banco onde o pai de Claudiana, o quilombola Domingos Humberto de Oliveira, de 73 anos, se senta para trabalhar o ambé, um tipo de cipó que serve para tecer o paneiro, uma espécie de mochila cilíndrica usada pelos quilombolas para colher castanha. Oliveira se dedica a fazer paneiros e tipiti, um espremedor de massa de mandioca feito com outro tipo de cipó, a jacitara. Um paneiro custa em média 40 reais e demora três dias para ser feito, porque o ambé, depois de descascado, deve ficar pelo menos 24 horas mergulhado na beira do rio, para facilitar seu manejo e evitar cortes nas mãos do artesão. Seu sonho, disse, “é ter uma casa perto dos recursos, em Orixí, porque aqui a gente tem saúde, mas não tem remédio”, explica Oliveira, que teve um AVC aos 50 anos e ficou oito dias sem falar por falta de assistência médica.

Oliveira teve três irmãos mortos pela pneumonia, uma doença que ainda mata os quilombolas durante as cheias. Sobre a origem de sua família, Oliveira afirma não ter certeza se seus familiares eram escravos: “só sei que minha mãe era cearense e meu pai de Orixí”. Antes de vir morar no Abuí, Oliveira foi expulso de uma zona onde havia um quilombo inicialmente, o Jacaré, local em que está instalada a base do Ibama hoje. Manuel Raimundo Pereira dos Santos, Seu Tinga, um quilombola de 65 anos, conta que seus parentes também foram expulsos do Jacaré, “com muita violência”, em 1976. “Todos eram descendentes de escravos e ainda haviam alguns vivos naquele tempo, que eram fugidos”, relembra. O avô de Anízia Garcia dos Santos, professora de 40 anos, era um escravo fugitivo, que se instalou acima das cachoeiras, no famoso quilombo Maravilha. Anízia explica que a maioria dos idosos têm vergonha de contar sobre o passado e que por isso não conseguiu obter muitas informações com o avô. “Até porque a escravidão, para eles, ainda existe, desde o ponto de vista da proibição de uma das tradições do quilombola, que era comer tartaruga. A proibição do Ibama, como também a regulamentação do período de colheita da castanha na reserva e a nossa circulação na área do Tabuleiro (Jacaré), onde nossos antepassados viviam, são vistas pelos mais velhos como formas de opressão do branco sobre o negro”, explica.

CONT.



Enquanto Seu Domingos tira os excessos do ambé, uma galinha se aproxima para bicar uma manga que recém caiu do pé. Sua bisneta, Bruna, de dois anos, sai correndo atrás do animal, descalça e nua, como a maioria das crianças que vivem em contato constante com a natureza naquela localidade.

Se na década de 80 os quilombolas se sentiram ameaçados pela chegada do Ibama na região, que lhes expulsou de onde viviam e lhes proibiu de comer tartaruga, se encontram agora encurralados pela exploração da bauxita em seu território. A Mineração Rio do Norte (MRN), um consórcio composto pelos acionistas Vale (40%), Alcoa (18,2%), bhpbilliton (14,8%), RioTintoAlcan (12%), CBA (10%) e Hydro (5%), iniciou os trabalhos na região de Trombetas na década de 70. O primeiro passo foi mapear os platôs onde se concentrava o minério, matéria prima do alumínio. Posteriormente, depois de conseguir algumas licenças e instalar a base em Porto Trombetas, começaram a explorar.

Cruz Alta, um dos maiores platôs, fica justamente na área quilombola e tem previsão de iniciar as explorações em 2022. A área é reivindicada pela população quilombola que pede seu direito de titulação da terra, previsto na Constituição de 1988. O processo está em andamento, apenas aguardando a publicação do relatório de identificação do território, já realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra. Pelo tumultuado processo, que envolve os órgãos responsáveis pelo meio ambiente, por tratar-se de uma área que também tem uma parcela de Reserva Florestal e da Floresta Nacional, o ICMBio suspendeu recentemente as atividades da MRN nesta área até que seja realizada a consulta prévia prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O posicionamento das comunidades é que os estudos não se realizem até que a titulação saia.

O óleo de copaíba é vendido a 25 reais o litro e uma árvore pode render até vinte. Enquanto, com a castanha, os quilombolas recebem 40 reais por um caixote de feira cheio delas

Clóvis Bastos, gerente de Gestão, Saúde, Meio Ambiente e Relações comunitárias da MRN afirma que "a abertura das trilhas estão suspensas, mas elas já existem, porque foram abertas há mais de 30 anos para a pesquisa". Os estudos que foram paralisados pela suspensão do ICMBio serviriam para fazer o relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), que posteriormente seria apresentado à consulta popular prevista em lei. No entanto, ainda que a população não esteja de acordo, o subsolo brasileiro é de propriedade do Governo federal. E, para ressarcir a população, o único que poderia ser feito seriam "medidas compensatórias, além do reflorestamento mais próximo da mata original", conclui Bastos.

"A senhora já viu a cor de uma mata reflorestada?", pergunta indignada e descrente Albenize, esposa de Manuel Francisco Xavier Valério, cabeça de uma família quilombola. Enquanto uma das filhas empunha um facão para abrir as castanhas, sentada sobre uma pedra, Albenize e Manuel dizem que não querem que a mineradora explore o platô de Cruz Alta. O desmatamento é fundamental para a exploração da bauxita, que se encontra no subsolo, em uma terra vermelha que não se distingue do minério de mesma cor. "Se desmatar vai prejudicar o mutum, o inhambu, o jacamim, o jacu...", lista Albenize as aves da região, que fazem parte da dieta dos quilombolas, assim como porcos, cotias e animais menores obtidos com a caça. Ainda assim, dependem de alguns alimentos básicos da cidade, como o arroz e o

CONT.



óleo de cozinha, que não podem extrair da terra onde habitam “porque o Ibama não deixa a gente desmatar nem um pouquinho, nem para criar gado pra gente comer”, afirma Manuel Francisco.

Além da venda da castanha-do-pará, que no ano passado gerou 4,9 milhões de reais em renda somente no município de Oriximiná, a família de 11 filhos conta com o auxílio da Bolsa Família. “Antes vinha 374 reais, agora recebemos somente 38, por um filho que tem bolsa jovem”, explica Albenize. Apenas um dos filhos, Francilene, terminou o ensino médio. E ela quer fazer engenharia da computação, algo exótico tanto pela escolha quanto pelo desejo de cursar o terceiro grau, algo que a maioria dos quilombolas nem chega a almejar.

Apenas os quilombolas que saem para trabalhar em outros lugares, como Seu Tinga, sabem o que é o preconceito, já que a maioria vive entre negros a vida inteira e não notam o racismo que existe na sociedade brasileira. “A parte branca sempre foi preconceituosa com os negros. Eu me achava feliz de ser negro porque na minha patota era feliz. Até que eu me vi como o único negro em uma equipe de geólogos com quem trabalhei, aí que vi o preconceito, eu ficava isolado deles”, explica.

De modo geral, as famílias são muito unidas e o respeito aos mais velhos é uma obrigação: as crianças e até mesmo os adultos pedem bênção aos mais antigos. Raramente falam palavrões e usam um vocabulário limitado para se comunicar - quando o fazem, porque o quilombola não gasta saliva à toa quando não tem nada importante a dizer. Palavras como “espia” e “agonia” são usadas em inúmeras situações e os sentidos mudam dependendo da ênfase do discurso. As portas das casas estão sempre abertas, qualquer um entra e sai, sem muitas formalidades, obedecendo a uma regra simples: deixar o calçado do lado de fora para não arrastar a terra para dentro de casa. Eles jogam tudo pela janela, de restos de comida a líquidos, considerando que o chão absorve e que logo vem um cachorro ou uma galinha para comer qualquer coisa que tenha sido jogada fora.

A rede é o objeto mais valorizado, já que serve como casa durante as expedições na mata em busca da castanha e da copaíba, óleo usado na indústria cosmética que se recolhe nas árvores e que são a fonte mais rentável entre os produtos vegetais extraídos. Uma árvore de copaíba pode dar até vinte litros em poucas horas e o litro é vendido a 25 reais. Enquanto com a castanha recebem 40 reais por um caixote de feira cheio delas, obtidas depois de uma manhã inteira de trabalho na mata. A vida simples do quilombola, na qual as crianças e bichos correm livres, não ressenha da falta de facilidades como energia elétrica, água encanada ou banheiro. A convivência com essas “dificuldades”, do ponto de vista de quem mora na cidade, é natural para eles. Mas o que sim faria feliz ao quilombola seria matar as saudades dos filhos que moram longe, se pudessem falar com eles pelo telefone. Algo que, em 2014, ainda não podem fazer.

Grupos folclóricos de Ubatuba recebem prêmio nacional

SÍTIO VALE NEWS, 28.03.2014

A Folia do Divino e o grupo quilombola Ô de Casa foram contemplados com o Prêmio Culturas Populares – Edição 100 anos de Mazzaropi, criado pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.



(Foto: divulgação)

Os dois grupos ubatubenses acabaram premiados devido ao seu importante trabalho de resgate e manutenção da cultura caíçara e quilombola.

O grupo Ô de Casa é formado por jovens do quilombo da Fazenda Picinguaba, região norte do município. Seu objetivo é o resgate e a valorização dos ritmos musicais quilombolas.

Já a Folia do Divino, segundo relatam os caíçaras que fazem parte do grupo, existe na região há cerca de dois séculos. Entre os meses de maio e julho, acontece a peregrinação que vai de sul a norte do município, sob a bandeira do divino, com o povo entoando músicas tradicionais.

Créditos: Vale News <http://valenews.com.br/geral/17877-grupos-folcloricos-de-ubatuba-recebem-premio-nacional.html#ixzz2xYXkvnKf>



Vale-Universidade Indígena realiza entrevistas com pré-selecionados

SÍTIO A CRÍTICA, 28.03.2014

O Programa Vale-Universidade Indígena (PVUI) está realizando entrevistas com os candidatos pré-selecionados no processo seletivo 2014 desde o dia 26 de março. Após a fase de entrega de documentos, realização de entrevistas e visitas domiciliares aos candidatos pré-selecionados, será realizada a divulgação da seleção final com os nomes dos acadêmicos efetivamente beneficiados.

O programa é voltado exclusivamente aos acadêmicos indígenas matriculados em curso de graduação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e que ainda não possuem graduação em um curso superior.

O PVUI é de grande importância para acadêmicos indígenas, pois com o benefício social e a realização das atividades, esses podem desenvolver sua capacidade profissional e se dedicar aos estudos ainda mais.

O acadêmico habilitado no Programa Vale-Universidade Indígena receberá o benefício social no valor de R\$ 300, mensais e auxílio para transporte até o local de execução das atividades no valor de 46,00 (quarenta e seis reais) mensais.

Estágio

O beneficiado realizará atividades complementares de 12 horas semanais, em órgãos e entidades da administração pública estadual, municipal ou organizações não governamentais, para aprimorar a sua formação profissional com a aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, contribuindo para o reflexo do processo educativo no fortalecimento das culturas e comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul.



Povo Xokleng inicia mapeamento de seu território

SÍTIO PORTAL BRASIL, 28.03.2014

Mapeamento histórico-cultural será feito em etapas, primeiro com foco no resgate das informações sobre modo de vida tradicional

A comunidade Xokleng, da terra indígena Ibirama, localizada em Santa Catarina, estão iniciando um processo de mapeamento histórico-cultural do seu território tradicional. Eles contam com orientação do Projeto Cartografia Social e com apoio do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI), da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Para iniciar os trabalhos de campo e definir marco conceitual da proposta, eles participaram de um encontro preparatório na Escola La Klãnõ (aldeia Figueira) há duas semanas.

O Projeto GATI estava representado pela consultora regional Rosa Villanueva e pelo coordenador de Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTAs), Ney Maciel. A iniciativa está sendo orientada por professores do grupo de pesquisa "Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais do Sul do Brasil", da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), e coordenada por alunos Xokleng do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O mapeamento tem como referência o projeto "Novas Cartografias Sociais", que articula, em todo o país, processos de pesquisa e mapeamentos protagonizados por populações tradicionais.

Como será o mapeamento?

Em reunião anterior, os indígenas e apoiadores do projeto acordaram que o mapeamento será feito em etapas, sendo a primeira com foco no resgate das informações sobre o modo de vida tradicional Xokleng e no levantamento histórico dos aldeamentos e uso da terra.

A referência temporal utilizada é a implantação, há mais de 30 anos, da barragem no rio Itajaí do Norte (ou Hercílio) que corta a terra indígena no sentido noroeste-sudeste e que interferiu drasticamente na ocupação territorial e na tradicionalidade Xokleng.

O encontro realizado na aldeia Figueira se configurou numa confraternização tradicional oferecida aos anciões da terra indígena, pois estes serão os principais atores do mapeamento, por deterem as informações históricas do seu povo. Os pesquisadores Xokleng e apoiadores também interagiram com os anciões, para coletar os primeiros relatos históricos e prepará-los para as próximas etapas.

O resultado deste mapeamento preliminar será apresentado em forma de boletim, no dia 22 de setembro, durante o evento que vai lembrar o centenário da "pacificação" dos Xokleng.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 58./ 2014

Brasília, 31 de março de 2014.

Interface com Projeto GATI

Na sua interface com a estratégia do Projeto GATI de apoiar a elaboração e implementação de PGTAs, a iniciativa pode configurar numa primeira etapa do processo, visto que irá responder questões como: "Como era nossa terra indígena?" e "Qual sua atual situação?".

O PGTA, por sua vez, deve aprofundar a pergunta: "Qual o futuro que queremos e como alcançá-lo?". Os PGTAs e a Cartografia Social, mesmo priorizando determinados temas, podem se apresentar como complementares.

Ambos têm como princípio o protagonismo indígena e visam o fortalecimento das organizações locais e processos educacionais, como também a ampliação do diálogo com instituições governamentais e não governamentais.

Visita aos Microprojetos de Ibirama

A equipe do Projeto GATI também visitou três microprojetos indígenas em andamento na TI Ibirama. Estes são focados na instalação de sistemas agroflorestais, em diferentes fases, cuja finalidade é demonstrar e divulgar um modelo que priorize atividades de reflorestamento e de troca de saberes. Os projetos são:

"Implantação e manutenção de agrofloresta demonstrativa na Aldeia Sede", que também conta com o apoio do Projeto Compostagem do curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina, numa parceria para a utilização de adubação verde e outras técnicas orgânicas.

"Agente comunitário para cuidado de SAF (Sistema Agroflorestal) na aldeia Bugio". Os objetivos do projeto são de apoiar a atividades de um agente comunitário que dá suporte às famílias na implementação de quintais agroflorestais. E ainda replantar mudas de espécies nativas em área desmatada e recuperação do solo. Este trabalho conta com parceria do Instituto Federal Catarinense (IFC) e COMIN (Conselho de Missão entre Indígenas).

"Viveirismo para produção de mudas nativas" na aldeia Toldo, que tem visa apoiar a produção de mudas nativas através da aquisição de insumos e apoiar o 'viveirista' da comunidade. O microprojeto já produziu mais de 1500 mudas da palmeira juçara, espécie chave na Mata Atlântica e praticamente extinta da TI Ibirama.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio



SDR Ibirama recebe lideranças indígenas

SÍTIO JORNAL RIOSSULENSE, 28.03.2014

Com a presença da secretária executiva do CEPIN – Conselho Estadual dos Povos Indígenas de Santa Catarina, Maria Iris Bessa Machado Lopes, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama realizou reunião com as lideranças indígenas das terras de Laklãnõ, nesta quarta-feira às 9 horas.

O secretário de estado de desenvolvimento regional, Roberto Ferrari, explicou que a reunião foi agendada com o objetivo de realizar um levantamento das necessidades da população das oito aldeias (Bugio, Figueira, Coqueiro, Sede, Barragem, Rio do Toldo, Palmeirinha e Pavão) existentes na região. “O Governo do Estado abriu as portas para um diálogo franco, aproximando a administração estadual do povo indígena, buscando, com isto, a melhoria da qualidade de vida destes povos”.

Caciques, conselheiros (membros do CEPIN), e lideranças regionais e das aldeias apresentaram as demandas existentes nas áreas: de infraestrutura, estradas e iluminação pública; educação, mais salas de aula e saneamento básico nas unidades escolares; cultura; saúde.

Segundo Maria Iris, as demandas foram anexadas à ata para serem levadas ao Conselho Estadual para análise, mas as lideranças podem, e devem enviar por escrito outras necessidades das terras Laklãnõ, ainda existentes, para a sede da SDR Ibirama até o próximo dia 04 de abril, e as mesmas serão encaminhadas para o CEPIN.

Roberto Ferrari salientou que dentro destas demandas levantadas serão identificadas as responsabilidades de cada ente federativo: união, estado município. “A SDR Ibirama é a representante do Governo do Estado”.

Por solicitação de lideranças, foi marcada reunião da gerente regional de saúde, Juciane Barboza, com os membros do conselho indígena de saúde, no próximo dia 02, quarta-feira às 14 horas na SDR Ibirama.

CEPIN

O Conselho Estadual dos Povos Indígenas de Santa Catarina tem a função de promover políticas públicas que garantam os direitos dos povos indígenas e o exercício da cidadania através da participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do Estado.

Terras de Laklãnõ

As terras Indígenas de Laklãnõ estão distribuídas dentro de quatro municípios: Vítor Meireles, José Boiteux, Doutor Pedrinho e Itaiópolis. Cerca de 70% destas terras estão dentro dos limites dos municípios de José Boiteux (sudeste da Reserva) e Doutor Pedrinho (norte da Reserva). São oito aldeias e três povos: Kaingang, Guarani e Xokleng.



Caciques Javaé apoiam Palmas para sede Jogos Mundias Indígenas

SÍTIO VERMELHO, 28.03.2014

Onze caciques Javaé da Ilha do Bananal reuniram-se na manhã desta sexta-feira, 28, com prefeito Carlos Amastha para prestar apoio à candidatura da Capital como sede da I Edição dos Jogos Mundiais Indígenas, que acontece em junho de 2015. Palmas concorre com outras duas cidades, Belém e Marabá, ambas no Pará.

Amastha ficou honrado com a visita dos caciques e prometeu se empenhar para que Palmas seja a escolhida. "Estamos bem localizados, temos o lago e muita vontade de fazer. Vamos nos empenhar para sediar esses jogos que têm uma importância cultural muito grande para o povo indígena tocantinense."

De acordo o cacique Micael Javaé o intuito da visita foi agradecer ao prefeito a iniciativa da candidatura e reforçar que o povo indígena da Ilha do Bananal apoia a Capital. "Estamos na torcida para que Palmas seja a escolhida. O Tocantins tem vários povos indígenas, temos uma cultura forte. Por isso, nada mais justo do que sediar o mundial e agradecemos ao prefeito Amastha por se empenhar nesse propósito", ressaltou o cacique.

Na última segunda-feira, 24, técnicos do Ministério do Esporte estiveram na Capital, se reuniram com o prefeito e equipe para apresentar a programação dos Jogos e explicar as obrigações da cidade sede. Na ocasião, também foi entregue o modelo do projeto e a lista de exigências ao prefeito.

A Prefeitura de Palmas tem até o dia 7 de abril para enviar o projeto ao Ministério do Esporte. O resultado deve ser divulgado em 19 de abril e o lançamento oficial dos jogos deve acontecer em agosto deste ano.

Fonte: Portal Palmas



Paulo Reis pede ação da Funasa em aldeia e da Sanesul no Distrito de Camisão
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 28.03.2014

O vereador Paulo Reis (PMDB), por meio da indicação de nº 058/2014, pediu ao coordenador regional da Funasa (Fundação Nacional da Saúde), Pedro Teruel, que determine providências urgentes em relação à manutenção e possível troca da caixa d'água da Aldeia Córrego Seco, nesse município.

De acordo com o parlamentar, a manutenção é necessária pelo fato de a caixa d'água estar jorrando água por canos furados. "Não podemos admitir o descaso com essa comunidade indígena, bem como, o desperdício desse bem precioso da natureza", denuncia o vereador ao comentar que várias comunidades do planeta não possuem água, contrário da comunidade indígena que clama pela manutenção, e espera que o governo federal dê resposta urgente para o desperdício da água potável naquela localidade.

Outro pedido feito pelo parlamentar, porém ao diretor presidente da Sanesul, José Carlos Barbosa, por meio da indicação de nº 071/2014, está relacionado a construção de poço semiartesiano no distrito de Camisão em Aquidauana.

Segundo ele, devido à falta de água constante na região os moradores têm de aguardar o caminhão pipa para abastecer o distrito por ser o mais antigo e com cerca de 2000 habitantes.



Alunos xerentes estudam em local onde funcionava um banheiro

SÍTIO G1/TO, 28.03.2014

Os 115 alunos da aldeia dividem o espaço de apenas duas salas de aula. A escola existe há 13 anos e ainda não passou por reforma em Tocantínia.

Na aldeia indígena localizada em Tocantínia, a 80 km de Palmas, os 115 alunos da etnia Xerente, de uma escola estadual, precisam se apertar em apenas duas salas de aula. Sem nenhuma possibilidade de ampliação, eles precisam inventar espaço. A classe, por exemplo, funciona em um local que antes era o banheiro. O prédio foi inaugurado há 13 anos e, segundo os indígenas, nunca passou por reforma.

"A gente improvisa todos os dias. [A sala funciona no lugar onde era o banheiro] por falta de opção porque eles têm de frequentar uma sala de aula, para não ficar parado, é muito incômodo", lamentou o auxiliar administrativo Maurício Xerente.

Com tudo fora do lugar, os sanitários foram improvisados no quintal. Três banheiros foram construídos, mas apenas um pode ser utilizado por todos os alunos. O problema é que ele não funciona direito, ao dar descarga, a água vaza para todos os lados, como pode ser visto no vídeo acima. "A ética né? Homem e mulher estão utilizando o mesmo banheiro e não tem fechadura. Já aconteceu de uma menina estar usando e o menino vai lá e abre. E a menina passa por constrangimentos", ressaltou o auxiliar administrativo.

Nas salas de aula, o aprendizado divide espaço com o sufoco. A fiação elétrica é precária e os ventiladores não funcionam. "A educação do jeito que está hoje, não só do povo Xerente, ela não tem como progredir, porque faltam materiais, o essencial para a educação básica e de qualidade", reforçou a conselheira estadual educação indígena Eliane Martins.

A apenas 8 quilômetros de distância, em uma aldeia vizinha, há uma outra escola que poderia ser a alternativa para acabar com a superlotação na escola indígena. A obra foi concluída em 2012 e desde então permanece abandonada, no meio do mato. "Dinheiro jogado fora. Nós ficamos muito preocupados porque queremos que as crianças aprendam mais. Queríamos que colocassem computador, internet", reivindicou a líder da aldeia Selma Xerente.

"A escola tem 13 anos de existência, de fato, mas ela já sofreu, dentro desta gestão, intervenções necessárias. E está previsto para o mês de julho um novo processo de higienização. A unidade escolar também foi inserida em um programa do Ministério da Educação para que seja feita uma ampliação de mais duas salas e inclusive a construção de uma quadra coberta, prevista para 2015", disse o secretário executivo de Educação do governo estadual, Joneidson Lustosa.



Os Povos Indígenas e o Brasil: mais de cinco séculos de ditadura

SÍTIO CIMI, 28.03.2014

Momento de reflexão, de tomada de consciência, de transformação.

Desde o primeiro olhar distante, ao abraço desconfiado, à chegada dos deuses esperados, aos invasores chegantes, sedentos de conquistas, até hoje uma história majoritariamente pouco e mal contada.

Quem sabe quando nos vem à memória os 50 anos do golpe militar de 1964, do início de mais uma ditadura, seja um momento privilegiado de informação, compreensão, respeito e valorização dos povos originários destas terras Brasis. E mais do que isso, é preciso não apenas reconhecer o genocídio e o massacre de quase mil povos, numa média de extinção de dois povos por ano, mas fazer justiça aos 305 povos sobreviventes.

O primeiro e fundamental será reconhecer, demarcar e respeitar seus territórios. Não há mais porque esperar. Antes que a bola role na Copa do Mundo, o mundo saberá porque ainda não se pagou essa dívida histórica aos povos indígenas e antes que a bola cruze a marca do gol, o país sede terá que justificar porque ainda não demarcou as terras indígenas, conforme a Constituição e a legislação internacional. Não existe mais tempo para cinicamente protelar para “depois da Copa”.

Os decretos de extermínio e a resistência heroica dos povos.

As guerras declaradas aos nativos e os decretos de extermínio tiveram como consequência o holocausto de mais de cinco milhões de indígenas que viviam no atual território brasileiro. Assim nos lembrava Darcy Ribeiro.

Pouco se conhece da história desse extermínio. A história contada pelo invasor, pelo colonizador, pelas elites políticas e econômicas exalta os dominadores e assassinos de índios e omite a heroica resistência dos povos nativos.

Felizmente existem sinais de mudança. Tanto na sociedade brasileira como no movimento indígena existem iniciativas que buscam reverter esse quadro. A Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Indígena da Verdade e Justiça são sinais, ainda tímidos e limitados, desse novo momento.

Em 1968 o grito dos indígenas sobreviventes ecoou Brasil e mundo afora, com a denúncia dos massacres e violências registradas em mais de sete mil páginas do “Relatório Figueiredo”. Essa situação começou a ser mais intensamente denunciada em diversas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Uma primeira em 1953, no Senado, e outra na Câmara dos Deputados, em 1963. O drama dos povos indígenas no Brasil repercutiu em todo o mundo, obrigando os governos e o Estado brasileiro a tomar decisões como a extinção do Serviço de Proteção ao

CONT.



Índio (SPI) e a criação da Funai, em 1967, e indiciar mais de uma centena de funcionários do órgão.

Porém, políticas de massacre, violência e negação dos direitos indígenas continuam até hoje. Isso porque a rigor os povos indígenas vivem submetidos a regimes de opressão e dominação, verdadeiras ditaduras há mais de 500 anos. Prova disto é a política desenvolvimentista em curso, em conflito e desrespeito aos direitos dos povos indígenas, especialmente seus territórios.

Em 1973, o documento Y Juca Pirama-“O índio: aquele que deve morrer” foi um novo grito de socorro e denúncia sobre o genocídio em curso. Bispos e missionários denunciaram as atrocidades a que continuavam sendo submetidos os povos indígenas e conclamavam a sociedade a se unir a esses povos para evitar seu extermínio. Os bispos e missionários, articulados no recém-criado Conselho Indigenista missionário –Cimi - ,assumiam radicalmente a causa indígena, contra a política indigenista da ditadura militar.

Naquele mesmo ano foi aprovado pelo Congresso o Estatuto do Índio.

Para dar efetividade ao processo de extinção dos povos indígenas, a ditadura militar, através do ministro do Interior, general Rangel Reis, elaborou um projeto visando a “emancipação dos índios”, através do qual pretendia resolver a questão declarando os índios emancipados, e suas terras disponibilizadas aos latifundiários. Desta forma, ao invés de demarcar todas as terras indígenas até 1978, como previa o Estatuto do Índio (Lei 6.001, vigente até hoje), resolveria o problema declarando 80% dos índios como não índios, não tendo direito, portando, às suas terras, ou confinando-os a lotes do módulo rural.

Apesar do projeto ter sido aparentemente abandonado, por pressão dos povos indígenas e da sociedade brasileira, ele retornou em vários momentos, principalmente no período em que a Funai foi ocupada pelos coronéis, na década de 1980. Nesse período também foi urdido o famigerado programa dos “critérios de indianidade” pelo coronel Hausen. Critérios racistas, de sanguinidade, mancha mongólica.

O maquiavélico projeto conseguiu unir povos indígenas e seus aliados na sociedade para um grande enfrentamento que resultou na desistência do projeto por parte do governo.

As políticas indigenistas da ditadura militar instalaram um forte aparato militar na Funai, a partir dos órgãos de segurança e informação – Conselho de Segurança Nacional e Serviço Nacional de Informação, visando o controle e repressão dos povos indígenas e seus aliados. Instalaram cadeias nos postos e presídios indígenas regionais e nacional, como o Krenak, em Minas Gerais. Foi criada a Guarda Rural Indígena (GRIN) e a Assessoria de Segurança e Informação (ASI). A maioria dos cargos, desde o general presidente da Funai, até o soldado ou cabo, chefe de posto, foram ocupados por militares, da ativa ou da reserva. Dessa forma impuseram um forte esquema de controle sobre os povos indígenas e seus territórios. Mario Juruna, no início da década de 1989, sugeriu que a Funai passasse a ser chamada de “Fundação Nacional dos coronéis”. A Funai, quando criada em 1967, tinha 700 funcionários, chegando a ter mais de 7 mil poucos anos depois. Hoje não existe mais uma Funai

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 58./ 2014

Brasília, 31 de março de 2014.

militarizada, mas com fortes heranças desse sistema e totalmente esvaziada.

Os povos venceram o projeto da integração. A sábia e inquebrantável resistência desses povos resultou num quadro bem distinto do almejado por seus inimigos: ao invés do extermínio houve um crescimento surpreendente da população indígena, passando de menos de cem mil no início da ditadura militar em 1964, para quase um milhão, distribuídos em 305 povos e presentes em todas as regiões do Estado brasileiro.

Mais do que isso, na Constituição Federal de 1988, os povos conquistaram o reconhecimento da "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam..." (CF art. 231). São contra essas conquistas que se voltam os ataques violentos dos setores anti-indígenas na atual conjuntura.

Brasília, DF, 28 de março de 2014

Egon Heck

Conselho Indigenista Missionário – Cimi

Secretariado Nacional



Filme sobre índios Chiquitano pode ter sido censurado por Festival de Cinema de Cuiabá

SÍTIO CIMI, 28.03.2014

O documentário “Manoel Chiquitano Brasileiro”, dos cineastas Aluizio de Azevedo e Glória Albuez, pode ter sofrido censura prévia pelo Festival Mato-grossense de Cinema e Vídeo. O filme retrata a resistência do povo Chiquitano para ter seu território demarcado, enquanto sofrem pressões da classe política e de fazendeiros da região, que alegam que os Chiquitano não são índios, e sim bolivianos.

A denúncia de censura partiu dos produtores do filme, que não puderam inscrevê-lo no festival porque seu organizador, o cineasta Luis Borges, teria criado impedimentos de última hora para a inscrição da produção.

Isso porque Borges teve acesso ao documentário antes do início das inscrições no festival e depois de assisti-lo teria dito a Aluizio de Azevedo que a secretária de Estado de Cultura, Janete Riva, “não ia gostar muito”, porque seu esposo, o deputado estadual José Riva, aparece no filme dando declarações contrárias à demarcação do território chiquitano.

Além do deputado, falas de políticos como o ex-governador Blairo Maggi (PR) também fundamentam o discurso anti-chiquitano. “O nosso serviço de inteligência me passou um relatório bastante extenso aonde demonstra claramente as pressões que as pessoas aqui vêm sofrendo, de querer criar aqui uma reserva chiquitana aonde não existem índios, aonde as pessoas não querem ser índios”, disse o então governador do Estado de Mato Grosso, entrevistado no ano de 2005 durante audiência pública para evitar a demarcação do território indígena.

O principal impedimento para a inscrição do documentário foi o tempo de duração. Apesar do consenso entre os festivais audiovisuais do país, que determinam 25 minutos para um curta metragem, o edital do Festival de Cinema de Cuiabá decidiu limitar a 20 minutos o tempo máximo para os curtas - e somente das produções locais, os filmes de fora do Estado poderiam ter até 25 minutos.

José Santana, do Cimi regional Mato Grosso, considera que a censura é reflexo do tratamento que o povo Chiquitano, muitas vezes nem reconhecido como indígena, recebe no Estado. “A publicação e veiculação do documentário afetaria a imagem deles... Não há explicação para colocarem esse critério de 20 minutos. Essa censura serve para confirmar que o povo Chiquitano continua sendo perseguido na fronteira... Até hoje sofrem por serem considerados ainda bolivianos e não indígenas”.

Manoel Chiquitano Brasileiro

A produção audiovisual foi selecionada como um dos 15 melhores roteiros entre 890 filmes inscritos no festival nacional Etnodoc.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 58./ 2014

Brasília, 31 de março de 2014.

“A gente plantou aqui 240 pés de banana, e quando nós viemos limpar isso aqui o gerente da fazenda veio e impediu. Ele diz também que aqui não existem os índios. Então, por isso, ele não deixa que nós plante. Mas existe sim! Que nós somos e assumimos nossa identidade. Então não tem dúvida de não ter índio mas tem sim!”

Florêncio Urupê – Aldeia Vila Nova Barbecho – trecho extraído do documentário “Manoel Chiquitano Brasileiro”

https://www.youtube.com/watch?v=gKV7JSImwSE&feature=player_embedded



Estado brasileiro é denunciado na OEA por ainda usar lei da ditadura militar

SÍTIO CIMI, 28.03.2014

Organizações da sociedade civil e vítimas diretas da chamada "suspensão de segurança" cobraram explicações do governo sobre uso de instrumento legal que vem atropelando direitos de populações indígenas e tradicionais

Josias Munduruku, Alaíde Silva e Eduardo Baker, da Justiça Global, falaram sobre a suspensão de segurança na CIDH.

Na semana em que o Brasil lembra os 50 anos do golpe de 1964, o Estado brasileiro foi questionado publicamente, hoje (28/3), na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (EUA), sobre o uso de uma lei que marcou a Ditadura Militar e que, hoje, vem atropelando os direitos constitucionais, especialmente de populações indígenas e tradicionais e os relativos ao meio ambiente para favorecer poderosos interesses políticos e econômicos.

Instados pelo governo e grandes empresas, presidentes de tribunais vêm lançando mão da "suspensão de segurança", pela qual podem suspender unilateralmente decisões de instâncias inferiores diante de um suposto risco de "ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas". Em resumo, esse instrumento permite cassar decisões que esses presidentes julguem impertinentes, mesmo que elas não façam mais do que aplicar a lei em vigor no país. A suspensão de segurança foi usada, por exemplo, contra os direitos de comunidades afetadas pela hidrelétrica de Belo Monte (PA) e estrada de ferro de Carajás (PA/MA).

Representantes de organizações da sociedade civil e vítimas diretas da suspensão de segurança denunciaram-na na audiência como um entulho autoritário que ameaça ao Estado de Direito no Brasil.

"Sofremos com as consequências das barragens que estão sendo construídas em nossos rios", disse Josias Munduruku, líder indígena do Pará. "O Ministério Público Federal apresentou ações na Justiça para parar as obras no rio Teles Pires, mas o governo derrubou todas, usando a suspensão de segurança. As obras continuam. O governo não fez a consulta previa aos índios", completou.

Alaíde Silva, morador de Buriticupu (MA), município atravessado pela ferrovia de Carajás, denunciou que as opiniões das comunidades afetadas pela duplicação da estrada não foram consideradas pelo governo e a Vale, empresa responsável pelo empreendimento. "Graças a essa tal de suspensão de segurança, a licença foi liberada logo depois e tudo o que as pessoas como eu falaram foi ignorado", contou.

"Diferente de outros meios recursais, a suspensão de segurança permite, excepcionalmente, ao presidente de um tribunal regional derrubar decisão de primeira instância da justiça, com base

CONT.



em argumentos exclusivamente políticos e econômicos, sem considerar os argumentos jurídicos”, contrapôs a juíza federal Célia Regina Ody Bernardes, da Associação Juízes pela Democracia.

Bernardes lembrou de decisão proferida por ela sobre a necessidade de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas Munduruku, Kayabi e Apiaká, no caso da hidrelétrica Teles Pires (MT), que foi suspensa pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), Olindo Menezes, sem ouvir o Ministério Público Federal (MPF), com seus efeitos sendo mantidos até o trânsito em julgado.

Durante a audiência, representantes do Ministério de Relações Externas (MRE) e da Advocacia-Geral da União (AGU) argumentaram que a suspensão de segurança estaria sendo utilizada apenas para defender interesses públicos, inclusive de povos indígenas. Eles não responderam, porém, às críticas sobre os casos em que houve violação de direitos humanos.

“Com seus critérios amplos e subjetivos, a suspensão de segurança viola a Convenção Americana de Direitos Humanos e acaba com qualquer possibilidade de efetividade das medidas judiciais adequadas para a salvaguarda dos direitos humanos no sistema jurídico brasileiro”, analisou, durante a audiência, Alexandre Sampaio, da Associação Interamericana de Defesa Ambiental (Aida). “A Suspensão de segurança está em frontal violação dos direitos ao devido processo legal e acesso à justiça, em desacordo com os artigos 8 e 25 da Convenção Americana”, concluiu.

“A suspensão de segurança é uma grave permanência da Ditadura militar e impede que o Judiciário aja de forma independente e imparcial”, criticou Eduardo Baker, advogado da Justiça Global. “Quando se trata de megaprojetos de desenvolvimento que estão diretamente ligados à política estatal de crescimento econômico, o sistema judicial brasileiro tem sido utilizado de maneira a não garantir, ou mesmo desconsiderar, os direitos das populações afetadas” acrescenta.

A denúncia contra o governo também já foi feita na Organização da Nações Unidas (ONU). No dia 10 deste mês, durante a 25ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, foi realizado um evento paralelo que alertou para o uso sistemático dessa manobra contra populações indígenas afetadas por megaempreendimentos (saiba mais).

Ditadura militar

A Suspensão de segurança foi criada no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e depois reformulada e ampliada na ditadura militar (1964-1985). Entre seus usos mais notórios hoje, está a suspensão de decisões dos tribunais sobre a ilegalidade de grandes empreendimentos, como hidrelétricas, rodovias e portos. Ela foi usada também no caso do complexo petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), contra os quilombolas da Restinga de Marambaia (RJ) e de Alcântara (MA) e na hidrelétrica de Barra Grande (SC).

Artigos da Constituição e tratados internacionais referendados pelo País têm sido descumpridos
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 58./ 2014

Brasília, 31 de março de 2014.

pelo uso desse instrumento. Um dos mais importantes deles é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com ela, qualquer medida administrativa ou empreendimento que afete territórios indígenas e tradicionais exige a consulta prévia, livre e informada às comunidades atingidas (leia mais).



Sema emitiu licença para construção de PCH em Juína ao lado de reserva sem ouvir índios

SÍTIO TOP NEWS, 29.03.2014

O Ministério Público Federal pediu à Justiça Federal em Cáceres, no Oeste do Estado, a suspensão do licenciamento da pequena central hidrelétrica (PCH) Juína 117, que está prevista para ser construída no rio Juína, na região oeste de Mato Grosso. Na ação, a Procuradoria alega que o licenciamento é irregular porque foi concedido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) sem a consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas e sem que fosse realizado o estudo de componente indígena (ECI), requisito do estudo de impacto ambiental (EIA) sempre que há possibilidade de uma obra causar impacto a comunidades indígenas.

O local previsto para a construção da pequena central hidrelétrica fica nos limites da Terra Indígena Nambkiwara, entre os municípios de Campos de Júlio e Comodoro.

Na ação, o MPF sustenta que indígenas afetados por obras precisam ser consultados antes da tomada de decisões, protegidos que são pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário. O direito de serem consultados decorre da garantia de autodeterminação dos povos indígenas, ou seja, o direito desses povos de decidir seu modelo de desenvolvimento levando em consideração a proteção da sua integridade sociocultural. Além disso, a consulta garante o direito democrático de participação nas decisões que afetam diretamente essas populações tradicionais.

“O relatório de impacto ambiental feito pelo empreendedor não traz qualquer informação sobre a relação dos indígenas com o rio Juína, o que é inadmissível, na medida que o rio está ligado ao processo de subsistência das etnias que usam o rio para a pesca”, afirma a procuradora da República Letícia Carapeto Benrdt na ação. Para o MPF, os procedimentos de consulta prévia tem que ser feitos antes de toda e qualquer decisão que possa interferir na vida dos povos afetados.

Para a procuradora Letícia Carapeto Benrdt, é imprescindível a consulta aos povos indígenas, bem como o estudo de componente indígena, para que haja elucidação sobre os verdadeiros danos que poderão ser acarretados e que não podem ser simplesmente ignorados pelo empreendedor e pelo órgão responsável por conceder a licença para instalação de uma usina.

Além da ausência da consulta aos índios e do estudo do componente indígena, o MPF ressalta que a licença ambiental foi concedida pelo órgão estadual de meio ambiente, a Sema, sendo que a atribuição, isto é, o órgão competente para avaliar os impactos de uma obra que atinge populações indígenas é do órgão federal, o Ibama.

A PCH Juína 117, segundo consta da ação, está prevista para ser construída no rio Juína, entre os municípios de Campos de Júlio e Comodoro, no oeste de Mato Grosso. O empreendimento

CONT.



será gerenciado pela Trimec Construções e Terraplanagem Ltda. O nome da PCH é uma referência a sua localização a 117 quilômetros da foz (início) do rio Juína, que é um afluente pela margem esquerda do rio Juruena, que corre para o norte de Mato Grosso.

Na ação, o MPF pede uma decisão liminar para que o Estado de Mato Grosso suspenda imediatamente o processo de licenciamento da PCH Juína 117, sob pena de multa, até o julgamento do mérito da ação. O MPF pede, também, que seja declarado nulo o processo de licenciamento por ausência de consulta aos povos indígenas potencialmente afetados da Terra Indígena Nambikwara e por ausência do estudo do componente indígena e que declare a competência exclusiva do Ibama para analisar o pedido de licenciamento do empreendimento.



Gás lacrimogênio é usado em retirada de famílias; Associação denuncia clima de terror entre agricultores

SÍTIO OLHAR DIRETO, 29.03.2014

Policiais rodoviários e federais permanecem na Terra Indígena de Maraiwatsede (na região de Alto Boa Vista, a 1.086 km de Cuiabá). O clima é de tensão entre as cerca de 300 famílias que foram retiradas da área por determinação judicial. Nos últimos dois dias, durante ação de desocupação, gás lacrimogênio foi empregado para forçar a saída dos agricultores o que gerou terror entre os agricultores.

“Eles mal deram tempo para que as pessoas retirassem os objetos. Vieram com tudo, trator, e derrubaram o que estava pela frente”. A afirmação é do presidente da Associação dos Produtores Rurais de Suiá Missú (Aprosum), Sebastião Prado, que informa ainda aguardar o julgamento do mandado de segurança impetrado contra a decisão da Justiça Federal na tentativa de reverter a decisão.

“Um senhor de 80 anos chegou a passar mal durante a ação que está sendo coordenada diretamente pela Secretaria Geral da Presidência, pelo Nilson Turbino. Nesta tarde estou me deslocando para a região. A proposta que o Incra fez de realojamento das famílias é indecorosa. Querem manter aquelas pessoas em uma área de brejo. Ninguém lá e sapo pra morar em brejo”, reclamou ratificando o clima de insegurança pela predomina entre os pequenos agricultores.

A ação de reintegração de posse é realizada pelas Forças de Segurança pela segunda vez em menos de um ano de seis. Em novembro de 2012 às famílias de produtores rurais que residiam na então Gleba Suia-Missú começaram a ser remanejadas por decisão da Justiça Federal. Porém, em meados do mês de janeiro de 2014, retornaram para as antigas propriedades. “Nunca existiu uma política eficaz para essas famílias. São pessoas de bem”, afirma Sebastião. Após serem novamente retiradas, todas as famílias estão sendo alojadas em um ginásio de esportes e também em escolas da região.

Investigação

Com o retorno das famílias a área, a Polícia Federal em Barra do Garças instaurou inquérito para apurar os crimes de incêndio (artigo 250 do Código Penal) já que o posto da Funai instalado na área foi destruído pelo fogo pouco antes do retorno das famílias, incitação à prática de crimes (artigo 286), formação de quadrilha (artigo 288) e crime de desobediência (artigo 330) , além de invasão a terra pública (artigo 20 da Lei 4947/66) e ainda por crime ambiental (artigo 50 A, da Lei 9.605/98) .

Entenda o caso

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 58./ 2014

Brasília, 31 de março de 2014.

A ação de desocupação dos não índios da TI Marãiwatsédé teve início em agosto de 2012, atendendo decisão do Juízo da Primeira Vara de Cuiabá/MT que determinou o prosseguimento da execução da sentença para efetuar a retirada dos não índios e garantir o usufruto exclusivo e a posse plena do povo Xavante sobre a Terra Indígena Marãiwatsédé, conforme determina o Artigo 231 da Constituição Federal. A terra indígena tem 165.241 hectares e está localizada entre os municípios mato-grossenses de São Félix do Araguaia e Alto Boa Vista.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Terra Indígena Marãiwatsédé foi reconhecida como terra tradicional indígena, homologada por decreto presidencial em 1998, o que, pelos termos do Art. 231 da Constituição, tornam nulos todos os títulos nela incidentes, não gerando direito a indenizações.



Aldeia em formato de estrela pode ser palco dos Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 29.03.2014

Durante reunião entre o prefeito Carlos Amastha e 11 caciques Javaé, realizada na manhã desta sexta-feira, 28, ficou definido como será a configuração do espaço onde serão realizados os Jogos Mundiais Indígenas, caso Palmas seja a sede escolhida pela organização do evento.

A ideia dos indígenas era que o espaço tivesse uma representação que caracterizasse a cultura, os elementos da natureza e o universo. O local terá o formato de uma estrela dotado de um centro de eventos (onde os jogos aconteceriam) e as ocas nas pontas. "Foi uma sugestão deles que veio ao encontro do que pensamos. E agora está nas mãos dos nossos técnicos que vão se debruçar sobre os projetos e levar uma excelente proposta para o Ministério do Esporte", pontuou o prefeito Carlos Amastha.

De acordo com presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas (Impup), Luiz Masaru, responsável por criar o projeto, a ideia foi aceita e o instituto já começa a trabalhar com a parte visual que será apresentada ao Ministério do Esporte no dia 07 de abril. "É como se fosse a candidatura a sede de uma copa do mundo. Vamos apresentar o projeto, como ele foi concebido, pensado, porque merecemos sediar esse mundial, que atrativos turísticos temos e qual a logística. Temos certeza que um evento como esse proporcionará uma valorização da Capital e também da cultura indígena do Tocantins", frisou Masaru.

Segundo Masaru, o lago será o cenário desse espaço. "Vamos criar uma nova praia logo após a Praia do Caju, que terá toda essa caracterização indígena e cuja estrutura será aproveitada turisticamente mesmo após o evento. Será ainda um novo cartão postal da cidade. Quem vier a Palmas de avião, lá do alto já avistará a estrela e quando tiver em solo palmense facilmente se deslocará ao local para conhecê-lo", concluiu. (Secom Palmas)



MP investiga 41 por suspeita de fraude no sistema de cotas da Uerj

SÍTIO ESTADÃO, 29.03.2014

Uma denúncia anônima apontou a existência de 41 alunos que teriam ingressado pelo sistema de cotas, supostamente através de falsa autodeclaração de cor negra ou indígena e renda familiar

O Ministério Público do Rio de Janeiro investiga 41 alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) por suspeita de terem fraudado o sistema de cotas da universidade. Os alunos foram denunciados anonimamente ao MP, que já investigava indícios de fraude no vestibular de 2004 para ingresso no curso de Medicina da instituição.

O denunciante apontou a existência de 41 alunos, matriculados em diversos cursos, que teriam ingressado na Uerj em 2013 pelo sistema de cotas, supostamente através de falsa autodeclaração de cor negra ou indígena e renda familiar.

O portal G1 teve acesso ao inquérito e tentou entrar em contato com diversos alunos citados na denúncia, mas não recebeu resposta. Em fotos dos alunos encontradas no Facebook e publicadas pelo portal, é possível constatar que muitos têm a pele branca e olhos claros.

O sistema de cotas raciais funciona por autodeclaração, o que significa que qualquer um pode se declarar negro, pardo ou indígena. A lei estadual do Rio de Janeiro que estabelece o sistema de cotas para negros e indígenas nas universidades estaduais exige também que os alunos sejam carentes.



Boletim de Notícias - Edição nº 58./ 2014

Brasília, 31 de março de 2014.

Exército vai ajudar nas buscas por avião na selva de Jacareacanga, PA SÍTIO G1, 29.03.2014

*Pelotão foi enviado de Itaituba na manhã deste sábado, 29.
Avião com 5 pessoas desapareceu em Jacareacanga no dia 18 de março.*

O Exército Brasileiro enviou um efetivo para a selva de Jacareacanga, no sudoeste do Pará, na manhã deste sábado (29). O objetivo é ajudar nas buscas pelo bimotor que desapareceu na região após decolar de Itaituba no dia 18 deste mês, com cinco pessoas a bordo, incluindo o piloto. O avião transportava três técnicas de enfermagem da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e o motorista, que teriam como destino aldeias indígenas localizadas na região do município de Jacareacanga.

Um oficial superior e 1 militares especialistas em selva estão a caminho do município, de acordo com informações do 53º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), responsável pela ação. Segundo as informações divulgadas pelo Exército, o efetivo necessário fica em Itaituba de sobreaviso para reforçar as buscas, intensificando os esforços a partir de indícios encontrados pela Força Aérea.

Bimotor seguia de Itaituba a Jacareacanga Avião desapareceu na terça-feira, 18.



G1 .com.br/tvtapajos Infográfico elaborado em 20/03/2014
Infográfico avião desaparecido jacareacanga
(Foto: Andressa Azevedo/G1)

“Trabalhamos com a possibilidade de encontrar sobreviventes. A região é de difícil acesso e a visibilidade pelo alto também é prejudicada pela copa das árvores. Nossa meta é aumentar as frentes de busca, ampliando a ação por meio terrestre. O Exército está sempre pronto para colaborar com a sociedade, quando acionado”, declara o coronel Helder, do Comando Militar do
CONT.



Norte.

Segundo o Exército, oficiais especializados em operações de selva já atuam no apoio às buscas pelo bimotor desde o dia 21 de março, sob a coordenação da Força Aérea Brasileira (FAB). A atuação foi solicitada pela Secretaria-Geral da Presidência da República para auxiliar na localização do Jotan Taxi Aéreo e de desaparecidos.

Insatisfação

Rosaline Campos é a irmã de uma das passageiras, a técnica de enfermagem Rayline Sabrina Brito Campos, que chegou a mandar um SMS para o tio após um dos motores do avião parar. A professora informou que foi realizada uma passeata em Jacareacanga neste sábado pedindo mais apoio nas buscas pelo bimotor.

"Hoje enviaram 12 homens do Exército para fazer as buscas na mata. O que é essa quantidade de homens em uma imensidão de mata daquela? É revoltante, porque, como eles estão preparados para ir para uma guerra e não estão para salvar os próprios brasileiros?", indaga Rosaline.

A professora, de 30 anos, afirma ainda que tem esperanças, mas acredita que o quantitativo de homens envolvidos na operação de buscas é insuficiente.

"São muito poucos envolvidos nas buscas. Além disso, conseguimos esse apoio depois de muita burocracia. A gente se sente pequeno demais no nosso próprio país. Se a gente não conta com a ajuda de quem pode nos ajudar, contamos agora com a ajuda de Deus. Só queremos que encontrem eles, a gente não sabe se vivos, se estão mortos, mas queremos que encontrem",

Até a última sexta-feira (28), 11º dia de buscas pela localidade, a Força Aérea Brasileira (FAB) já contabiliza 111 horas de voo em uma área de quase 12.000 km². Ainda segundo a Fab, até o momento já foram adotados diversos padrões de busca, com a intenção de varrer a maior área possível da maneira mais eficiente.

Um avião P-3 Orion, com capacidade de identificar metais, o mesmo modelo que está sendo empregado nas buscas pelo avião desaparecido da Malaysia Airlines foi deslocado para ajudar nas buscas. O helicóptero H-60 Black Hawk do Esquadrão Harpia (7º/8º GAV) também segue nas buscas.

Entenda o caso

Um avião de pequeno porte que transportava uma equipe de profissionais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) até uma aldeia indígena de Jacareacanga, no sudoeste do Pará, desapareceu no dia 18 de março. Aeronaves de Manaus e Campo Grande estão ajudando nos trabalhos de localização do bimotor, modelo Beechcraft BE 58 Baron.

CONT.



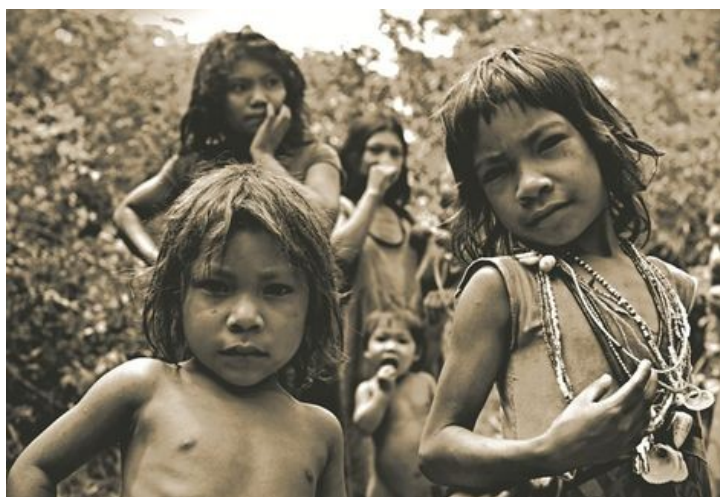
Uma das passageiras chegou a mandar mensagens de celular avisando que o avião passava por problemas. No primeiro SMS, enviado às 12h47 do dia 18 de março, a técnica em enfermagem Rayline Campos avisava o tio Rubélio Santos sobre o perigo que enfrentava. "Tio to em temporal e um motr parou avisa a mae q amo muit tods ...to aflita..to em pânico...se eu sair bem aviso...to perto do jkre...reza por nos...n avisa a tia ainda... (sic)", dizia a mensagem. No segundo torpedo, emitido às 12h48, a passageira pediu socorro. "O motor ta parando.socorro tio tio (sic)."

De acordo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a situação da aeronave desaparecida, de matrícula PR-LMN, estava regular. A Inspeção Anual de Manutenção (IAM) e o Certificado de Aeronavegabilidade (CA) estavam em dia.

Além da operação de salvamento aéreo, a busca em terra é feita por voluntários, que incluem moradores de Jacareacanga e índios da região. Familiares dos ocupantes da aeronave prometeram uma gratificação de R\$ 19 mil para quem conseguir localizar o avião desaparecido.

No caminho dos Pirahã: Registro raro de etnia indígena será exposto na Argentina
SÍTIO A CRÍTICA, 29.03.2014

Imagens foram captadas pelo jovem rondoniense Gabriel Ivan durante conflitos em Humaitá, no Sul do Amazonas



Imagens do cotidiano dos índios Pirahã, em Humaitá (Gabriel Ivan)

“Eles ficaram com medo da câmera e olhavam muito para mim, mas não fotografei de imediato. Cumprimentei todos: apertei a mão dos homens, acenei para as mulheres e sorri para as crianças”. É assim que o jovem fotógrafo rondoniense Gabriel Ivan relata seu primeiro contato com membros da etnia Pirahã (ou Pirarrã), durante visita ao Município de Humaitá, em janeiro deste ano, para cobrir os conflitos entre brancos e índios que sacudiam o sul do Amazonas desde o mês anterior.

Um ensaio com cinco fotografias que registram esse encontro acaba de ser selecionado para participar da mostra internacional do “XVIII Encuentros Abiertos – Festival de la Luz”, em Buenos Aires, marcado para agosto. Ivan é um dos 82 fotógrafos selecionados dentre mais de 700 inscritos do mundo inteiro e o único representante da região Norte – outros três brasileiros também foram escalados.

“Fui convidado pela Mídia NINJA para fazer parte da equipe de reportagem que pautaria o conflito em Humaitá e estive imerso nisso por mais de um mês”, conta Gabriel, que atualmente cursa Artes Visuais na federal de Rondônia e integra o Coletivo Capta. “Nossa primeira ida ao local foi ainda em dezembro quando fizemos um reconhecimento do problema. Já no mês de janeiro retornamos a Humaitá por mais três vezes, dormindo, comendo e vivendo na companhia dos índios”.

CONT.



Foi durante a última viagem ao município, a 675 quilômetros de distância da capital amazonense, que a equipe encontrou os Pirahã. “Estávamos na estrada rumo às aldeias Tenharim quando encontramos alguns Pirahã debaixo de uma ponte, há dias sem se alimentarem”, informa o fotógrafo. Segundo ele, o motorista da comitiva, um ex-funcionário da Funai, foi quem identificou os indígenas. “Ele que articulou a conversa e pediu autorização para eu fazer as fotos. Foi só depois de uns 15 ou 20 minutos que comecei a fotografá-los”.

O AQUI E O AGORA

Os Pirahã são uma tribo de caçadores-coletores da família Mura que vive ao longo do rio Maici, entre Humaitá e Manicoré, próximo à divisa com Rondônia. Segundo a Funasa, em 2010 o grupo contava com 450 indígenas. A etnia se tornou mundialmente conhecida depois de o pesquisador norte-americano Daniel Everett publicar trabalhos registrando os excepcionais hábitos culturais e linguísticos desse povo, que mantém pouco contato com os não-indígenas.

A partir dos anos 1970, Everett conviveu durante décadas com os Pirahã – ele chegou à tribo como missionário para evangelizar os indígenas e saiu de lá ateu, sem ter alcançado o seu objetivo. O cientista foi um dos primeiros a jogar luz sobre a linguagem peculiar da etnia, apesar de suas teses serem contestadas por estudiosos até hoje.

De acordo com ele, os Pirahã não têm palavras para definir as cores, só sabem contar até três, comunicam-se através de apenas nove fonemas (sendo incapazes de construir frases complexas) e não possuem mitos de criação. Basicamente, eles vivem, pensam e falam sobre o aqui e o agora.

Quando fez as fotos dos Pirahã, Gabriel Ivan ainda não conhecia a tribo, e por isso não se deu conta da importância do material que tinha em mãos. “Mas sempre que pegávamos a estrada eu sabia que eu estava ali para pautar tudo que aparecesse, por isso registrei os Pirahã assim como fiz com os Tenharim por vários dias”, diz o fotógrafo, que passou a pesquisar sobre a etnia dos nove fonemas. Para ele, no entanto, o encontro inesperado com os moradores do rio Maici acabou se tornando especial por si só: “Eles possuem característica bem particulares. Andam descalços e usam cordões que fazem um barulho imenso. Senti doçura na voz e profundidade no olhar deles, apesar do momento de fome, tensão e medo pelo qual passavam”.



MP diz que índios não precisam de quitação militar para tirar título de eleitor
SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 30.03.2014

O Ministério Público Eleitoral (MPE) entrou com representação no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) para questionar uma regra que torna obrigatória a apresentação de quitação militar por indígenas para tirar o título de eleitor. Segundo o órgão, a norma deve ser revista porque índios não são obrigados a servir ao Exército. A questão não tem data para ser definida. As regras de quitação eleitoral de indígenas foram definidas em resoluções do TRE e do Tribunal Superior Eleitoral e são baseadas no Estatuto do Índio (Lei 6.001/73). No entanto, de acordo com o procurador Reginaldo Pereira da Trindade, as regras não podem diferenciar indígenas entre integrados, isolados ou em vias de integração, para fins de quitação eleitoral.

“Não obstante, é imprescindível ressaltar que a eliminação da distinção não poderá impor a todos os índios condições desfavoráveis para o exercício dos direitos políticos. As exigências para o alistamento eleitoral dos membros das comunidades indígenas devem atender às peculiaridades estabelecidas pela própria ordem constitucional, que ampara não só seu direito ao exercício da cidadania, mas também resguarda suas tradições”, disse Trindade.

De acordo com o MPE, o posicionamento do TRE foi firmado no julgamento de uma consulta feita pela Advocacia-Geral da União sobre a exigência da quitação de serviço militar para fazer o alistamento eleitoral.



Semana dos Povos Indígenas é comemorada no Cantá, em RR

SÍTIO G1, 30.03.2014

*Evento será realizado na comunidade Taba Lascada, em abril.
Festejo deve celebrar o 9º aniversário de homologação da comunidade.*

A comunidade indígena Taba Lascada, localizada no município de Cantá, realiza, entre os dias 14 e 19 de abril, o Festejo da Semana dos Povos Indígenas para comemorar o 9º aniversário de homologação da comunidade. O evento também ocorre para festejar o Dia do Índio, celebrado no dia 19 de abril.

A programação conta com gincanas, danças típicas e apresentações culturais. Também terá exposição de obras artesanais, que estarão à venda.

A abertura será realizada no dia 16, às 18h, com a escolha da rainha do evento e a apresentação cultural do grupo Cruviana Anna Esenrenka. Durante a noite do dia 17, a apresentação fica por conta do grupo musical Caxiri na Cuia.

No dia 18, às 8h30, a programação segue com a competição das tradições indígenas. Haverá competições de arco e flecha, cabo de guerra e do casal mais caracterizado tradicionalmente. A banda Sucuriju, que se apresenta às 20h30, encerra a Semana dos Povos Indígenas.

Serviço:

Semana dos Povos Indígenas

ONDE: Na comunidade Taba Lascada, no município de Cantá

QUANDO: 16, 17, 18 e 19 de abril

QUANTO: Entrada Franca.



Central de captação de água é instalada, mas não funciona em SE

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.03.2014

Moradores de cinco povoados do município de Poço Redondo, região do Alto Sertão de Sergipe, continuam sem ter água encanada nas suas casas, apesar de morarem às margens do Rio São Francisco. No povoado Todos Iguais, cerca de 200 famílias nunca tiveram abastecimento de água potável. Inclusive algumas residências têm até torneiras.

A solução estava por vir com a instalação de reservatórios e uma estação de tratamentos para captação de água que foi construído a cerca de dois anos para atender uma média de 2 mil famílias, mas a estrutura nunca funcionou. O mato tomou conta dos reservatórios e no ponto onde a água devia ser captada a ferrugem predomina.

A obra custou mais de um milhão, oriundos do Projeto Água Para Todos, do Governo Federal. Companhia do Vale do São Francisco explicou o não funcionamento da central de captação e admitiu o atraso de um ano na integra devido a falta da rede elétrica.

"A Energisa apresentou um orçamento que nós não concordamos e somente agora, em janeiro do corrente ano, houve um entendimento por parte da Energisa aceitando aqueles recursos que foram depositados pela Codevasf", [disse o] superintendente da Codevasf, Paulo Viana.

A garantia é que agora a água chegue às casas até meados de abril. E a Energisa disse que somente recebeu o pagamento no mês passado, e que a sua parte será concluída até o início de abril.

Índios isolados no Acre são pressionados por exploração de madeira ilegal
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.03.2014



Índios que não têm contato com o mundo externo veem um avião que sobrevoa sua comunidade na Amazônia, perto do rio Xinane, no Acre, perto da fronteira com o Peru. Os líderes da tribo Ashaninka, que divide o território com esta tribo e outras que também são isoladas, teriam pedido ajuda ao governo e a ONGs para controlar o que eles consideram ser uma invasão por essas tribos de suas terras. O movimento das tribos seria forçado pela exploração madeireira ilegal na fronteira com o Peru. As fotos foram feitas em 25 de março de 2014, por Reuters/Lunae Parracho.

Índios que vivem isolados na Floresta Amazônica estariam sofrendo com a exploração de madeira ilegal na fronteira do Acre com o Peru, informou a agência Reuters, nesta sexta-feira (28). Estas tribos que vivem sem contato com o mundo externo teriam que se mover pela pressão dos exploradores.

Segundo a agência, líderes da tribo Ashaninka, que divide território com esta tribo e outras que também são isoladas, pediram ajuda ao governo e a ONGs para controlar o que eles consideram ser uma invasão de suas terras.

As fotos, de 25 de março de 2014, foram feitas sem a autorização da Funai (Fundação Nacional do Índio), segundo a assessoria de imprensa do órgão. A assessoria diz que seu departamento jurídico irá processar a agência pelo sobrevoos sem autorização e destaca que locais onde vivem índios sem contato com o mundo externo não são divulgados pela entidade exatamente para respeitar o desejo do indígena de se manter isolado.

A Funai tem registro de cerca de 70 grupos de índios isolados na região da Amazônia. Nesta área na Terra Indígena Kampa e Isolados não há registro de exploração ilegal de madeira, diz o órgão.

CONT.

A presença de madeireiros peruanos no Parque Nacional Alto Purus e em reservas territoriais criadas para a proteção dos isolados forçou, em 2007, a migração de um grupo de isolados para as cabeceiras do igarapé Xinane, na Terra Indígena Kampa e Isolados do rio Envira, do lado brasileiro.

É comum os índios de tribos isoladas saquearem casas de outras tribos e de seringueiros e agricultores que vivem no entorno de terras indígenas. A Funai, para evitar os saques e possíveis conflitos, realiza sobrevoos das áreas das tribos isoladas e lança machados e outros utensílios.



13/08/2013 - Nove índios da etnia Kawahiva andavam nus pela mata em Colniza, no Mato Grosso, quando foram filmados por uma equipe da Funai. Esta é a primeira vez que a tribo, que evita contato com o homem branco, é registrada. Os homens levavam arcos e flechas, indicando que são os guerreiros do grupo, enquanto as mulheres carregavam alguns objetos e as crianças

Políticas de proteção

Na última segunda-feira (24), foi formalizada, em Lima, no Peru, uma cooperação entre a Fundação Nacional do Índio e o Ministério de Cultura peruano para a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e recém-contatados que vivem nas regiões de fronteira dos dois países. Ao longo deste ano, equipes especializadas deverão realizar sobrevoos e expedições na mata nessas regiões, a fim de sistematizar informações que permitam compreender as dinâmicas territoriais desses povos, bem como as pressões externas e vulnerabilidades a que estão sujeitos.

Em 2009, a Funai e o governo do Acre ampliaram a política de proteção a grupos indígenas não contactados, como são chamadas as tribos isoladas. Inscursões realizadas pelo órgão em 2008 e 2009 ao alto rio Envira confirmaram que há uma intensa movimentação de índios isolados na fronteira do Brasil, no Estado do Acre, com o Peru. A população dos isolados, estimada pelo sertanista José Carlos dos Reis Meirelles, dobrou nos últimos anos por conta, principalmente, da demarcação de terras indígenas e da política de proteção.

CONT.

Em 2004, o próprio sertanista foi flechado no rosto, provavelmente por índios temerosos dos brancos que neles atiravam de espingarda durante caçadas na mata. Desde esse episódio, as políticas oficiais de proteção permitiram que a população dos três grupos de isolados identificados subisse para pelo menos quinhentos índios em 2009. Um quarto povo, caçador e nômade, os Mashco-Piro, percorre amplas extensões da floresta em ambos os lados da fronteira e, no verão, costuma acampar em pequenos tapiris nas praias para coletar ovos de tracajá.



Um homem da etnia Piripkura dorme no meio da floresta amazônica, na região do Mato Grosso. O povo ganhou esse nome de tribos vizinhas pela maneira como eles mudam constantemente de lugar, sem se fixar em um ponto da mata, segundo a ONG Survival. Em tupi, diz a ONG, Piripkura significa "povo borboleta". A pequena tribo, com cerca de 20 membros, foi contata pela Funai pela primeira vez ainda na década de 1980.
Foto: Jair Candor, Survival

Quem são os isolados?

De acordo com a Coordenação Geral de Índios Isolados (CGII), da Funai, encontrou na época das incursões pelo menos 60 evidências de índios isolados, como são chamados aqueles índios que ainda procuram manter distância das ameaças representadas por diferentes atividades econômicas. Localizados em sua grande maioria na região amazônica, não sabe se ao certo quem são, onde estão, quantos são e que línguas falam. No Acre, os três grupos que habitam permanentemente no alto rio Envira são provavelmente falantes de idiomas do tronco linguístico Pano.

Sem contar os Mashco-Piro, já são pelo menos quinhentas pessoas vivendo em dez malocas (conjunto de cabanas) estabelecidas em diferentes aldeias. Esta pode constituir uma das maiores populações de isolados na Amazônia brasileira e em todo o planeta.

Os principais agrupamentos de malocas estão localizados nas cabeceiras dos igarapés Xinane e Riozinho, afluentes do rio Envira, e na cabeceira do igarapé Paranazinho, afluente do rio Humaitá. As principais malocas estão distantes a mais de 100 quilômetros umas do outro, o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 58./ 2014

Brasília, 31 de março de 2014.

que pode indicar de que se trata de povos diferentes.

Os isolados vivem hoje em três terras indígenas demarcadas pela Funai (TI Alto Tarauacá, TI Kampa e Isolados do Rio Envira, e TI Riozinho do Alto Envira), com extensão agregada de 627 mil hectares. Outras seis terras indígenas e o Parque Estadual Chandless são também usados pelos isolados para caçar, pescar e extrair vários produtos da floresta.



Madeira: Bispos da CNBB criticam usinas e falam em catástrofe em RO e no Acre
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.03.2014

"A falta de interesse em fontes alternativas de energia, tais como a solar, eólica e de bio-massa, abundantes no Brasil, nos faz questionar: Por quê?"

Nota do Regional Noroeste da CNBB

Os Bispos do Regional Noroeste (Acre, Rondônia e sul do Amazonas), reunidos em Cruzeiro do Sul, partilhamos nossas experiências e preocupações neste momento difícil para nossas dioceses e todo o povo.

A enchente histórica de 2014 que inundou centenas de comunidades ribeirinhas e urbanas, expulsando milhares de famílias e submergindo inúmeras plantações à beira do Rio Madeira trouxe muito sofrimento.

Sabemos que catástrofes naturais ameaçam a vida no nosso planeta desde o princípio. A terra é um planeta vivo que se reconfigura continuamente. No entanto, acreditamos que há novos fatores como o aquecimento global que acelera o descongelamento das geleiras das montanhas, desmatamentos e processos erosivos no solo, a formação de represas para geração de energia elétrica.

As águas abundantes que descem das montanhas da Bolívia e do Peru aumentaram consideravelmente os reservatórios das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. A construção dessas duas obras no Alto Rio Madeira, além de sofrer um atraso de mais de um ano, segundo especialistas, apresenta erros no estudo de impacto ambiental. A inundação das BRs 364 e 425 isolou o Estado do Acre, a região de Guajará-Mirim e toda a área do Abunã. O difícil abastecimento de suas populações, com combustíveis e alimentos, mostra a urgência de novos estudos.

Sem desconsiderar o esforço do governo para oferecer à população do País energia elétrica de qualidade, lamentamos a falta de cuidado com os estudos de impacto ambiental que, por sinal, não contemplaram o Médio e o Baixo Madeira. A falta de interesse em fontes alternativas de energia, tais como a solar, eólica e de bio-massa, abundantes no Brasil, nos faz questionar: Por quê?

Manifestamos apoio à ação civil pública que tramita perante a Justiça Federal de Porto Velho relativamente ao seu propósito de atender as necessidades básicas (moradia, alimentação, transporte, educação e saúde) da população atingida pela enchente do Rio Madeira.

Solicitamos com insistência às autoridades competentes uma nova e criteriosa investigação técnica das construções e dos impactos ambientais e sociais. Que ela seja feita por

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 58./ 2014

Brasília, 31 de março de 2014.

profissionais especialistas e independentes. Precisamos fazer o possível para evitar ou minorar as consequências das catástrofes que põem em perigo a vida e os bens das populações da cidade de Porto Velho, do Vale do Rio Madeira, do Acre e regiões adjacentes.

Nesse momento, urgimos junto aos poderes públicos que deem a devida assistência às famílias flageladas da área urbana e rural para que possam recuperar suas casas, visto que o direito à moradia é um direito constitucional. Compete ainda ao Governo adotar medidas que facilitem o acesso a créditos com tempo de carência e juros baixos, bem como fornecer orientação técnica a fim de que as famílias possam reorganizar os seus meios de sobrevivência. Acrescenta-se ainda a necessidade de socorrer as pessoas e famílias flageladas com um 'salário emergencial'.

Toda a sociedade e, ainda mais os Cristãos, estamos sendo desafiados a solidarizar-nos ainda mais com as famílias sofridas. De mãos dadas, para rezar, partilhar e reconstruir, poderemos crescer humana e espiritualmente. As perdas se transformarão em ganho e a dor em alegria. Já estamos experimentando a força da fé e da caridade que são a essência da vida humana. "A esperança não decepciona porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações" (Rm 5,5).

Cruzeiro do Sul, 29 de março de 2014. Regional Noroeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Fonte: ContilNet.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



MA – Em Codó, as quebradeiras de coco babaçu vivem presas ao passado
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.03.2014

Entre 300 mil e 400 mil famílias sobrevivem do babaçu. A quebra nunca foi regulamentada, porém.

Rafael Gregorio, da Carta Capital, em Maranhão da Gente

De segunda a quinta, Arlene Muniz, 43 anos, sai de casa cedo e vai a pé a um posto de gasolina na Avenida Santos-Dumont, no centro de Codó. No interior do Maranhão e a três horas a sudeste de São Luís, a cidade integra a região chamada Zona dos Cocais. Entre 7 e 7h40, um caminhão da prefeitura passa pelo posto cheio de mulheres em direção à zona rural do município. Arlene é uma quebradora de cocos de babaçu, atividade tradicional cada vez menos exercida.

As viagens podem durar horas, a maior parte em trechos de terra batida, e as condições são semelhantes àsquelas dos paus de arara. Uma vez no campo, o trabalho endurece. Sentadas no chão, as mulheres prendem entre as pernas um machado, seguram sobre sua lâmina o coco e, com a outra mão, golpeiam-no com um porrete. Na ida, carregam até 5 litros de água e, na volta, até 10 quilos de coco.

Quebradeiras habilidosas partem dez cocos por minuto. O objetivo é separar a amêndoa, da qual se extrai, entre outros, um óleo industrial. "Monto a barraca lá pelas 10, começo a quebrar e paro às 4 da tarde", explica Arlene, que lamenta as altas temperaturas locais, não raro acima de 40 graus no verão. Completam o equipamento um facão, um litro e uma panela. Não há botas, luvas ou proteção contra sol, chuva, mosquitos e ferimentos.

O babaçu é uma palmeira típica do bioma da Mata dos Cocais. Suas árvores chegam a 20 metros e, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, delas foram catalogados mais de 60 subprodutos, de alimentos a materiais de limpeza e cosméticos. Também há pesquisas sobre o uso no biodiesel. Como não existem alternativas químicas ou mecânicas para separar a amêndoa sem perda da qualidade, segue vivo um sistema braçal e arcaico. Além do Maranhão, quebrar coco é também costume no Pará, Tocantins e Piauí, embora a espécie exista em mais de 13 milhões de hectares distribuídos em 279 municípios de 11 estados.

Entre 300 mil e 400 mil famílias sobrevivem do babaçu. A quebra nunca foi regulamentada, porém. Não há direitos trabalhistas ou previdenciários além dos reservados à população rural. Mesmo assim, permeia biografias na região. "A atividade foi realizada quase sempre por mulheres, graças à divisão do trabalho", explica a socióloga Regina Teixeira da Rocha, que estuda a rede do babaçu.

Outros fatores explicam o enraizamento: altas taxas de analfabetismo e evasão escolar,

CONT.



agravadas no caso das mulheres, e miséria. Codó tem um dos piores IDHs do Brasil entre cidades com mais de 100 mil habitantes, de 0,595, e no Maranhão imperam indicadores sociais vergonhosos: apenas 6% dos municípios têm coleta de esgoto, ante uma média na Região Norte de 13%, a mais baixa do País.

Essa vulnerabilidade fundamentou um projeto de lei do deputado federal Domingos Dutra (SDD/MA), com "a motivação de garantir às quebradeiras o acesso às matas, pois hoje elas são violentadas por fazendeiros e pistoleiros, além de obrigar o Estado a aproveitar o babaçu e proteger o ambiente". Apresentado em 2007 e aprovado pela Comissão de Meio Ambiente no ano seguinte, o projeto está parado. "Um colega pediu que fosse distribuído também para a Comissão de Agricultura, mas a composição política mudou, houve certo enfraquecimento das quebradeiras. Espero uma nova conjuntura", afirma Dutra.

O saco com 1 quilo de coco quebrado vale entre 1,50 e 2 reais, e é nesse estágio que a maior parte das mulheres vende o trabalho, principalmente para intermediários. Também é comum o escambo: cocos são trocados por um frango no vizinho ou por comida no mercado local.

Outras mulheres aprenderam a tirar mais do babaçu. É o caso da Associação Comunitária das Trabalhadoras no Beneficiamento do Babaçu. Fundada em 1986, a associação reúne 180 sócias e 8 sócios. "Nosso engajamento vem de cedo. A mocidade de todas nós foi na quebra do coco", diz Áurea Maria da Silva, presidente. A sede, comprada em 1999 com recursos e doações, foi reformada em 2012 com o apoio da ONG Plan International. Com sedes em São Luís e em Codó, a instituição inglesa garante o acesso das crianças à educação, protege meninas da exploração sexual e fortalece as cadeias produtivas locais. "Ajudamos a associação a tirar a atividade do caráter artesanal", afirma Gabriel Veras Guimarães Barbosa, gerente da unidade de programas da Plan em Codó.

Além dos 25 mil reais investidos na obra, doados pela Nivea, a assistência deu-se na conscientização. Em vez de apenas quebrarem frutos, as associadas passaram a vender itens elaborados. Cortaram os intermediários e agregaram valor, como no caso do azeite de babaçu, comercializado a 15 reais o litro. As mulheres dividem os ganhos, entre 300 e 400 reais ao mês para cada uma.

[Enviado por Edmilson Pinheiro para o GT CRA]



“Até o momento, o Incra não realocou nenhuma família”, diz superintendente no Maranhão

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 31.03.2014

“Até o momento o Incra não realocou nenhuma família”, disse o superintendente do órgão, José Inácio Rodrigues ao jornal O Imparcial. Das 427 famílias expulsas na operação de limpeza étnica de uma área demarcada pela Funai no Maranhão, apenas 225 seriam reassentadas por ter perfil de reforma agrária. As demais seriam jogadas no olho da rua. Entretanto, segundo a informação do próprio superintendente o Incra, ninguém foi reassentado até agora.

O último informe oficial da operação liberado pelo governo afirma que 263 famílias já foram expulsas. A maioria está morando com parentes ou em barracos de lona. O documento foi liberado há duas semanas. Apenas o Governo libera informações uma vez que imprensa está proibida de cobrir a operação.

Embora as famílias expulsas estejam desabrigadas o superintendente do Incra continua afirmando que há áreas para o reassentamento. “Asseguramos que todas as famílias cadastradas têm áreas à sua disposição para serem assentadas, conforme determinou a Justiça Federal”, diz José Inácio.



Sema emitiu licença para construção de PCH em Juína ao lado de reserva sem ouvir índios

SÍTIO PORTAL PCH, 31.03.2014

O Ministério Público Federal pediu à Justiça Federal em Cáceres, no Oeste do Estado, a suspensão do licenciamento da pequena central hidrelétrica (PCH) Juína 117, que está prevista para ser construída no rio Juína, na região oeste de Mato Grosso. Na ação, a Procuradoria alega que o licenciamento é irregular porque foi concedido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) sem a consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas e sem que fosse realizado o estudo de componente indígena (ECI), requisito do estudo de impacto ambiental (EIA) sempre que há possibilidade de uma obra causar impacto a comunidades indígenas.

O local previsto para a construção da pequena central hidrelétrica fica nos limites da Terra Indígena Nambkiwara, entre os municípios de Campos de Júlio e Comodoro.

Na ação, o MPF sustenta que indígenas afetados por obras precisam ser consultados antes da tomada de decisões, protegidos que são pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário. O direito de serem consultados decorre da garantia de autodeterminação dos povos indígenas, ou seja, o direito desses povos de decidir seu modelo de desenvolvimento levando em consideração a proteção da sua integridade sociocultural. Além disso, a consulta garante o direito democrático de participação nas decisões que afetam diretamente essas populações tradicionais.

“O relatório de impacto ambiental feito pelo empreendedor não traz qualquer informação sobre a relação dos indígenas com o rio Juína, o que é inadmissível, na medida que o rio está ligado ao processo de subsistência das etnias que usam o rio para a pesca”, afirma a procuradora da República Letícia Carapeto Benrdt na ação. Para o MPF, os procedimentos de consulta prévia tem que ser feitos antes de toda e qualquer decisão que possa interferir na vida dos povos afetados.

Para a procuradora Letícia Carapeto Benrdt, é imprescindível a consulta aos povos indígenas, bem como o estudo de componente indígena, para que haja elucidação sobre os verdadeiros danos que poderão ser acarretados e que não podem ser simplesmente ignorados pelo empreendedor e pelo órgão responsável por conceder a licença para instalação de uma usina.

Além da ausência da consulta aos índios e do estudo do componente indígena, o MPF ressalta que a licença ambiental foi concedida pelo órgão estadual de meio ambiente, a Sema, sendo que a atribuição, isto é, o órgão competente para avaliar os impactos de uma obra que atinge populações indígenas é do órgão federal, o Ibama.

A PCH Juína 117, segundo consta da ação, está prevista para ser construída no rio Juína, entre os municípios de Campos de Júlio e Comodoro, no oeste de Mato Grosso. O empreendimento

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 58./ 2014

Brasília, 31 de março de 2014.

será gerenciado pela Trimec Construções e Terraplanagem Ltda. O nome da PCH é uma referência a sua localização a 117 quilômetros da foz (início) do rio Juína, que é um afluente pela margem esquerda do rio Juruena, que corre para o norte de Mato Grosso.

Na ação, o MPF pede uma decisão liminar para que o Estado de Mato Grosso suspensa imediatamente o processo de licenciamento da PCH Juína 117, sob pena de multa, até o julgamento do mérito da ação. O MPF pede, também, que seja declarado nulo o processo de licenciamento por ausência de consulta aos povos indígenas potencialmente afetados da Terra Indígena Nambikwara e por ausência do estudo do componente indígena e que declare a competência exclusiva do Ibama para analisar o pedido de licenciamento do empreendimento.

Fonte: 24 Horas News



Vereador Cledinaldo participa de evento realizado pela Associação de universitários indígenas

SÍTIO NOTICIDADE, 31.03.2014

O Vereador Cledinaldo Cotócio (PP) apoiou e participou da realização de um Bingo para angariar recursos para os gastos com a nova Associação de Universitários Indígenas.

O evento aconteceu no último sábado (29) na Aldeia Córrego do Meio e o prêmio principal foi uma bicicleta no oferecimento do Nutri Shopping Supermercado, além de prêmios da Hernandes Móveis e Eletro.

“Agradeço o Pavei e também o Moacir Hernandes por terem colaborado com essa comunidade da qual também eu faço parte. A classe de universitários indígenas agradece o apoio e estão de parabéns pela organização”. Destacou Cledinaldo que afirmou ainda que os índios precisam do transporte gratuito.



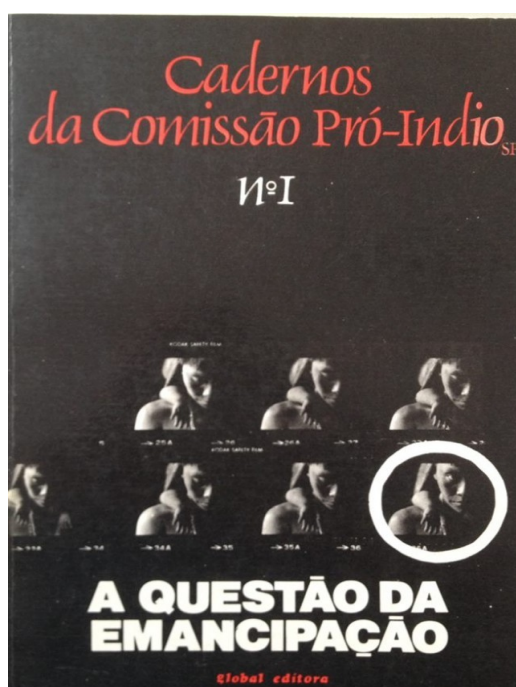
Nota de apoio e solidariedade dos Jiahui aos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul
SÍTIO CEDEFES, 31.03.2014

O Povo Indígena Jiahui vem manifestar apoio aos povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, onde estão se manifestando quanto à falta de atendimento pela Saúde Indígena (Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI). Estamos de acordo com a atitude que os parentes vêm tomando e apoiamos por que não só no Estado do Mato Grosso do Sul, mas em todas as regiões do Brasil os Povos Indígenas estão sofrendo e chegando até a óbito por falta de atenção e atendimento pelo Governo Federal através da SESAÍ.

As manifestações que os povos indígenas de Mato Grosso do Sul estão realizando fazem parte devido que somente fazendo esta mobilização os indígenas vão acionar o Governo para realizar os atendimentos para o povo que está sofrendo na pele e no dia a dia a falta de assistência de saúde para as crianças, jovens, adultos e velhos em suas aldeias de origem que é responsabilidade do Governo Federal dar a assistência conforme prevê a Constituição Federal de 1988, que garante os direitos aos povos indígenas (originários) do país. Assim apoiamos os parentes pela melhoria de saúde em sua região.

Fonte: Por Moangathu Jiahui

CPISP: "Caderno da Comissão Pró-Índio nº 1", de 1979, sobre a ditadura e a questão indígena (para baixar)
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.03.2014



#50anosdogolpe - A ditadura também atingiu os povos indígenas, considerados um empecilho ao 'desenvolvimento'.

CPISP

"Achamos que os ideais de preservar a população indígena dentro de seu habitat são belas ideias, porém irreais", Ministro do Interior, Rangel Reis em março de 1974.

O livro "Caderno da Comissão Pró-Índio nº 1", publicado em 1979, relata um dos episódios desse período: os planos do governo de promover a falsa emancipação dos povos indígenas por meio de decreto em 1978. A medida na realidade visava isentar o governo das suas responsabilidades frente aos povos indígenas especialmente no que se referia à demarcação de suas terras.

Leia o livro AQUI (<http://bit.ly/1i4nUI9>).



Adolescente de 16 anos e duas mulheres confessam assassinato de indígena

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 31.03.2014

Uma adolescente de 16 anos e outras duas mulheres foram presas acusadas de esfaquear e matar Leoneia de Souza, 21 anos, na madrugada de ontem na aldeia Bororó, em Dourados, distante 233 quilômetros de Campo Grande.

A jovem foi encontrada ferida por familiares e encaminhada para o Hospital da Vida, mas não resistiu ao ferimento. Conforme o site Dourados News, Ruth Melo, 26, e Avelina Romeiro, 27, ingeriam bebida alcoólica em uma estrada próxima à casa da vítima.

Ainda segundo o site, em determinado momento a vítima teria ser aproximado e começado a xingar e ameaçar o trio. As três, conforme relatos das indígenas, tomaram a faca de Leoneia.

Depois disso, uma delas, começou a esfaquear a vítima. Ela foi atingida por pelo menos sete golpes no tórax e pescoço. As três foram encaminhadas para a 1ª Delegacia de Polícia Civil do município.